



NOVA MISSÃO

Nova diretoria toma posse, reafirma compromissos e garante luta pelo MP.

Uma grande missão. Foi assim que o novo presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), Francisco Bergson Gomes Formiga Barros, definiu como vai ser sua gestão à frente da entidade. Ao lado da nova diretoria, Bergson tomou posse do cargo no dia 14 de janeiro, em uma solenidade que aconteceu na Sede Campestre da APMP. “Assumir a APMP é uma grande missão. Mas chego neste momento com muito entusiasmo. Sabendo que sou capaz, ao lado dessa diretoria, de vencer esse desafio, de construir uma APMP ainda melhor. Ainda mais forte. Ainda mais respeitada”, disse.

Em seu discurso, o presidente reafirmou seus compromissos assumidos durante a campanha, especialmente de diálogo permanente com a classe. Além disso, Bergson falou dos desafios que vai enfrentar nos próximos dois anos e pediu ao procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, que priorize a estruturação das promotorias do interior.

“Dentre outras reivindicações da classe, em nome da APMP, pedimos à Administração Superior que priorize a estrutura física e de pessoal das Promotorias do interior, sob o risco de penalizarmos ainda mais a sociedade e o membro da nossa classe. É urgente a realização de concurso público para o ingresso na carreira ministerial”, salientou Bergson.

Para o presidente, além da luta pela valorização da carreira, deve-se discutir a atual estrutura do Ministério Público Estadual de uma forma “mais profunda e desapaixonada”. Ele salientou que o seu programa de gestão visa fortalecer as prerrogativas dos associados, garantindo-lhes uma melhor estrutura de trabalho.

Bergson ainda destacou a diretoria anterior e a chamou de brilhante:

“Parabéns pela brilhante gestão que hoje se encerra, mas que ficará, certamente, marcada na história da nossa associação”

A LUTA CONTINUA

Informativo da Associação Paraibana do Ministério Público - João Pessoa Paraíba - Março de 2015



Francisco Seraphico se despediu do cargo e se disse satisfeito por ter sido um “intransigente defensor do Ministério Público e de todos os seus membros, respeitando as conquistas recebidas e construídas em gerações anteriores”.

Ele agradeceu a todos os membros que fizeram parte da diretoria que o acompanhou nos últimos dois anos e relembrou esta trajetória com suas realizações, desafios e conquistas. “As bases principais de nossa administração foram calcadas em algumas pilastras fundamentais: democracia e transparência de gestão, equilíbrio financeiro, defesa dos direitos e prerrogativas dos membros do MP, melhoria da qualidade do espaço físico das sedes, além da luta permanente pelo fortalecimento da instituição”, disse.

Seraphico encerrou seu discurso desejando sorte para a nova diretoria e lembrando que a “luta continua”.



APMP PARTICIPA DE SOLENIDADE DE POSSE DE NOVO PROCURADOR DE JUSTIÇA

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) participou no mês de fevereiro da solenidade de posse do novo procurador de Justiça, Justiça Manoel Henrique Serejo da Silva. A cerimônia aconteceu durante sessão do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Paraíba (MPPB), que foi presidida pelo procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, e foi prestigiada por membros e servidores do MPPB, convidados e familiares do empossado.

Após a prestação de

compromisso e a leitura do termo de posse, o novo procurador de Justiça foi saudado da tribuna por sua filha, Micheline Ramalho Serejo, promotora de Justiça na cidade de Picos, no estado do Piauí. A solenidade de posse de Manoel Serejo no cargo de 5º procurador de Justiça Criminal do Ministério Público da Paraíba ocorreu no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), no Centro de João Pessoa.

Atualmente na Promotoria de Justiça de Santa Rita, o promotor – agora procurador de Justiça – Manoel

Serejo foi promovido pelo critério de antiguidade durante a 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da instituição. Em dezembro, havia ocorrido a aposentadoria por tempo de serviço do procurador de Justiça Paulo Barbosa de Almeida.

Natural da capital paraibana, Manoel Serejo ingressou no Ministério Público em 12 de fevereiro de 1988, atuando em várias Promotorias de Justiça do estado, com destaque para os municípios de Serraria, Solânea, Itabaiana, Santa Rita, Pilar e Campina Grande.

STF GARANTE O PAGAMENTO DE AUXÍLIO MORADIA A MEMBROS DO MP

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Mandado de Segurança (MS) 33464, impetrado pela União contra resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que regulamentou a concessão de auxílio moradia a membros do Ministério Público. O ministro não verificou a existência de concretude imediata da resolução, aplicando ao caso a jurisprudência do STF no sentido do não cabimento de impetração para desconstituir lei ou

ato “em tese”. A Resolução 117 do CNMP determina o pagamento de auxílio moradia a todos os membros do MP, à exceção daqueles que dispusessem de “imóvel funcional condigno”, não estivessem no exercício de suas atribuições, cujos cônjuges recebessem o benefício ou ocupassem imóvel funcional na mesma localidade, com efeitos financeiros retroativos a setembro.

A União alegava que a medida foi editada por força de tutela antecipada concedida na

Ação Originária 1773, ajuizada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), com base na simetria entre as carreiras da magistratura e do MP e violaria seu direito líquido e certo, diante de ofício encaminhado pelo procurador-geral da República ao Ministério do Planejamento e Gestão solicitando crédito adicional de R\$ 29 milhões para o pagamento do auxílio relativo a 2014. Segundo a União, a extensão do benefício ao MP seria baseada numa decisão judicial precária (uma liminar).

APMP PARTICIPA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CONAMP CUJO TEMA FOI SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) participou da II reunião do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) que debateu a segurança institucional de promotores e procuradores de Justiça e aprovou o texto da moção de repúdio ao atentado contra a vida do promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha. A CONAMP reafirmou também compromisso com a proteção dos membros do MP e intensificará os esforços para a implementação de instrumentos capazes de garantir a integridade física e mental dos integrantes do MP.

Na reunião, o Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) aprovou moção de repúdio ao atentado contra a vida do promotor Marcus Vinícius Ribeiro Cunha. O documento foi aprovado durante a II

reunião extraordinária do biênio 2014/2016.

No dia 21 de fevereiro Marcus foi baleado em frente à Promotoria de Justiça de Monte Carmelo (MG), onde trabalhava no plantão, mas foi levado ao hospital e logo teve alta. De acordo com a moção da CONAMP, “a agressão praticada é uma afronta ao Ministério Público brasileiro e à cidadania [...] Essa realidade inaceitável evidencia o risco inerente à atividade dos membros do Ministério Público, às escândaras materializadas e carecedor de urgente reconhecimento formal”.

A CONAMP reafirma compromisso com a segurança institucional dos membros do MP e intensificará os esforços para a implementação de instrumentos capazes de garantir o exercício da missão constitucional da Instituição e a integridade física e mental de promotores e procuradores de Justiça.

“A agressão praticada é uma afronta ao Ministério Público brasileiro e à cidadania”



MEMBROS PARTICIPAM DO CONGRESSO DO MP

O 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste, que aconteceu de 4 a 6 de março, teve a participação de membros da Paraíba, que se reuniram em Fortaleza para debater temas que dizem respeito ao futuro da instituição. O encerramento teve como atração o cantor e acordeonista Waldonys.

Participaram do congresso os promotores de Justiça Maria Edlúcia Chaves, Bergson Formiga, Dulcerita Soares, Samuel Miranda Colares, João Manoel de Carvalho, Alexandre Cesar Fernandes, Francisco

Seráphico, Reynaldo Serpa, Sarah Viana, Valdete Ebner, Ernani Lucas, Mariana Neve, Lean Xerez, Ana Lucia Torres, Fabiana Guedes, Norma Maia, José Leonardo, Uirassu Medeiros, Otacílio Machado, Berlindo Estrela, Carlos Romero Lauria Paulo Neto e Pedro Henrique.

Durante o encerramento do evento aconteceu o lançamento oficial da edição nacional do congresso do MP. De 6 a 9 de outubro deste ano, a cidade do Rio de Janeiro receberá a 21ª edição do Congresso Nacional do Ministério Público e a 5ª Conferência da América Latina da Internacional Association of Prosecutors (IAP).

O tema do Congresso Nacional do MP é “Os desafios e oportunidades do MP brasileiro na Era Digital”. A proposta busca lançar um olhar sobre o cenário contemporâneo de acesso democrático e dinâmico à informação, observar as oportunidades que esse cenário propicia ao cumprimento do dever do MP, assim como atentar para os novos desafios que despontam como característica deste novo arranjo cultural tecnológico. Simultaneamente ao Congresso Nacional do MP será também realizada a conferência regional da IAP - América do Sul, com o tema “Novos desafios, novas estratégias”.



APMP É CAMPEÃ EM FORTALEZA

Os membros da Associação Paraibana do Ministério Público venceram a Associação Cearense por 3 a 0 e se sagraram campeões do torneio de futebol society do 6º Congresso Ministério Público da Região Nordeste, que aconteceu de 4 a 7 de março, em Fortaleza. Os gols da partida foram dos promotores de Justiça, João Manoel de Carvalho (2) e Lean Xerez. Além disso, Ricardo Gabínio foi eleito o melhor goleiro da competição.

Também fazem parte da equipe Francisco Seráphico, Bergson Formiga, Uirassu Medeiros, Otacílio Cordeiro, Pedro Henrique de Freitas e Reynaldo Serpa.

Invicto na competição, o time paraibano também não levou gols. Foram dois empates por 0 a 0, nas primeiras partidas com o Ceará e o Piauí. No terceiro duelo, o time venceu o Maranhão por 5 a 0 e se classificou como primeiro grupo para as semifinais, no qual enfrentou a Bahia e venceu por 3 a 0.

Com organização da diretoria da ACMP e da Federação Cearense de Futebol Society, o torneio reuniu 80 participantes, todos Promotores de Justiça, divididos em dois grupos com equipes dos estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba e Piauí.



JANOT EMITE NOTA SOBRE OPERÇÃO LAVA JATO



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, emitiu nessa no início de março uma nota sobre o seu trabalho à frente da Operação Lava Jato. No texto enviado aos membros do Ministério Público brasileiro, o procurador-geral falou sobre o encaminhamento de pedidos de investigação e pedidos de arquivamento voltados para apuração dos fatos e assegurou que o seu trabalho foi realizado “independentemente dos envolvidos, dos seus matizes partidários ou dos cargos públicos que ocupam ou ocuparam”.

O procurador-geral da República afirmou que pautou sua conduta “com o norte inafastável das missões constitucionais do Ministério Público brasileiro”. Ele ainda disse que mesmo diante das “inúmeras e naturais variáveis decorrentes de uma investigação de tamanha complexidade”, fez uma

opção clara e firme pela técnica jurídica. Segundo a nota, Janot revelou que não espera unanimidade e sabe que não a terá, mas assegurou aos colegas de Ministério Público de que realizou um trabalho em direção aos “fatos investigados, independentemente dos envolvidos, dos seus matizes partidários ou dos cargos públicos que ocupam ou ocuparam”.

Ele ainda alertou para o fato de que seu papel dentro das investigações possam causar investidas que busquem diminuir a instituição, o seu trabalho ou desqualificar os membros. Mas, pediu para que todos se mantenham unidos e fortes. Em resposta ao Janot, a Associação Nacional de Membros do Ministério Público (CONAMP), divulgou uma nota de apoio à atuação da Procuradoria-Geral da República na condução da Operação Lava-Jato, manifestando

“sua irrestrita confiança e apoio ao trabalho realizado pela força-tarefa responsável pelas investigações da Operação Lava Jato e ao grupo de trabalho instituído sob a firme e serena condução do Eminentíssimo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros”.

A carta da CONAMP ainda lembrou dos ataques sofridos pelo MP ao longo dos anos “provenientes de pessoas e grupos que se sentem desconfortáveis com as ações encetadas em prol dos mais lícitos interesses da sociedade”.

Por fim, a nota do PGR assegurou que o Ministério Público fará o que for necessário para que as “instituições não sejam apequenadas para o mero deleite de mal intencionados e dos responsáveis pelos desmandos em detrimento do patrimônio público nacional, a serem exemplarmente responsabilizados, nos âmbitos civil e criminal”.



COMISSÃO ESTUDA REFORMAS NO ESTATUTO DA APMP

Com o objetivo de atualizar o Estatuto da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), uma comissão foi formada pelo promotor de Justiça Leonardo Quintans, Marcio Gondim, Rodrigo Pires, Lean de Xerez, Amadeus Lopes, Francisco Seráfico, Marcus Machado Cordeiro e o presidente Bergson Formiga. A primeira reunião

aconteceu no dia 20 de março.

O estudo que está sendo realizado pela comissão visa analisar categorias de sócios, regras de eleições, prazo do mandato, números da diretoria, o pecúlio entre outras coisas.

Após conclusão do estudo, as alterações serão submetidas aos associados para aprovação.

PEC DA BENGALA É APROVADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 4 de março, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 457/05, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi aprovada com 317 votos favoráveis, 131 contrários e 10 abstenções.

Segundo a PEC, a aposentadoria compulsória aos 75 anos poderá ser ampliada para

todos os servidores públicos por uma lei complementar a ser discutida pelo Congresso Nacional. O texto aprovado da PEC é o projeto original enviado pelo Senado. A mudança ainda precisa ser votada em segundo turno e ser promulgada em sessão do Congresso para poder entrar em vigor.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) é contra a PEC 457 por essa implicar no engessamento das carreiras de Estado e na estagnação da jurisprudência brasileira.

CNMP RECOMENDA INSPEÇÕES NOS GAECO'S; NO MPPB, FISCALIZAÇÃO OCORRE EM ABRIL

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) está orientando que as Corregedorias Gerais do Ministério Público nos estados deveriam realizar inspeções no Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco). “Esta providência já foi adotada pela Corregedoria Geral do Ministério Público da Paraíba (MPPB)”, destaca o corregedor-geral do MPPB, Luciano de Almeida Maracajá, que esta semana participou da ‘95ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Luciano Maracajá lembra que, por meio da Portaria CGMP 02/2015, de 19 de fevereiro de 2015, foi acrescentada ao calendário das inspeções e correções 2015 uma inspeção ordinária no Gaeco do Ministério Público paraibano, a ser realizada no mês de abril.